O absurdo como insuportável da/na língua em comentários de internautas

Flávia Cristina Silva Barbosa

Renata Marcelle Lara

Submetido em 03 de julho de 2014.

Aceito para publicação em 23 de novembro de 2015.

Cadernos do IL, Porto Alegre, n.º 50, junho de 2015. p. 203-220

POLÍTICA DE DIREITO AUTORAL

Autores que publicam nesta revista concordam com os seguintes termos:
(a) Os autores mantêm os direitos autorais e concedem à revista o direito de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a Creative Commons Attribution License, permitindo o compartilhamento do trabalho com reconhecimento da autoria do trabalho e publicação inicial nesta revista.
(b) Os autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada nesta revista (ex.: publicar em repositório institucional ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial nesta revista.
(c) Os autores têm permissão e são estimulados a publicar e distribuir seu trabalho online (ex.: em repositórios institucionais ou na sua página pessoal) a qualquer ponto antes ou durante o processo editorial, já que isso pode gerar alterações produtivas, bem como aumentar o impacto e a citação do trabalho publicado.
(d) Os autores estão conscientes de que a revista não se responsabiliza pela solicitação ou pelo pagamento de direitos autorais referentes às imagens incorporadas ao artigo. A obtenção de autorização para a publicação de imagens, de autoria do próprio autor do artigo ou de terceiros, é de responsabilidade do autor. Por esta razão, para todos os artigos que contenham imagens, o autor deve ter uma autorização do uso da imagem, sem qualquer ônus financeiro para os Cadernos do IL.

POLÍTICA DE ACESSO LIVRE

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona sua democratização.

O *ABSURDO* COMO O INSUPORTÁVEL DA/NA LÍNGUA EM COMENTÁRIOS DE INTERNAUTAS*
THE *ABSURD* AS THE UNBEARABLE OF/IN LANGUAGE IN INTERNAUTS' COMMENTS*

** Flávia Cristina Silva Barbosa
*** Renata Marcelle Lara

RESUMO: *Este artigo aborda a irrupção do absurdo, como efeito de sentido, em comentários de internautas postados em sites jornalísticos sobre o caso do livro didático "Por uma vida melhor", mediante análise discursiva, que levou à observação de versões online sobre Educação. Norteada pelo referencial teórico-metodológico da Análise de Discurso francesa, a investigação aponta que os dizeres naturalizados quanto à Educação e língua estão inter-relacionados ao absurdo ou à não aceitação do outro como diferente. O corpus – constituído por regularidades discursivas observadas nos comentários publicados pelos jornais online Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo e O Globo – materializa discursos de uma imagem negativada do governo do Partido dos Trabalhadores (PT), categorização de "erro" e "acerto", e uso "padrão" ou "não padrão" da língua.*

PALAVRAS-CHAVE: *Comentário; língua; absurdo.*

ABSTRACT: *This article discusses the inrush of the "absurd", perceived as a meaning effect, in comments made by internet users posted on journalistic websites concerning the case of the textbook entitled "Por uma vida melhor". Guided by the theoretical-methodological referential of the French Discursive Analysis, the investigation points to the fact that the naturalized wordings on Education and language are interrelated to the "absurd" or to the non-acceptance of the other as being different. The corpus – consisting of discursive regularities observed in comments published by the online newspapers Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo and O Globo – materializes discourses of a negative image of the government of PT (Workers Party), of the categorization of "error" and "correctness", and of the "standard" or "nonstandard" use of language.*

KEYWORDS: *Comment; language; absurd.*

1. Introdução

No dia 13 de maio de 2011, uma reportagem veiculada pelo Jornal Nacional (JN), da Rede Globo de Televisão, noticiava que o livro de português *Por uma vida melhor*, distribuído pelo Ministério da Educação "a quase meio milhão de alunos", defendia que

*Este artigo traz resultados do projeto "Versões discursivas em comentários de internautas sobre o caso do livro didático *Por uma vida melhor*", desenvolvido na Universidade Estadual de Maringá, e vinculado ao projeto de pesquisa "Educação Midiatizada, Discursos e Efeitos de Sentidos *na* e a partir *da* Convergência de Mídias em Rede".

** Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual de Maringá (PLE – UEM/Capes). Membro do Grupo de Estudos Políticos e Midiáticos (GEPOMI). E-mail: flaviafcsb@gmail.com.

*** Professora do Programa de Pós-Graduação em Letras (PLE) e do Departamento de Fundamentos da Educação, Área de Metodologia e Técnica de Pesquisa, da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Doutora em Linguística pelo Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Líder do GPDISCMÍDIA/CNPq-UEM – Grupo de Pesquisa em Discursividades, Cultura, Mídia e Arte. E-mail: renatamlara@yahoo.com.br.

"a maneira como as pessoas usam a língua deixe de ser classificada como certa ou errada e passe a ser considerada adequada ou inadequada, dependendo da situação" (JORNAL NACIONAL, 2011, *online*). A reportagem citava trechos descontextualizados do livro, dando exemplos daquilo que não deveria ser significado como certo ou errado, mas como adequado ou inadequado. Ao mesmo tempo, o JN (2011, *online*) situava a reportagem na semana em que dizia estar discutindo "os maiores problemas do Brasil na educação".

A forma como o assunto foi abordado colocou em circulação comentários, artigos, entre outras materialidades linguísticas fora de contexto a respeito do teor do livro didático e de abordagens da sua proposta. A manifestação midiática foi intensa. Jornais publicaram matérias, e comentários de colaboradores e leitores, em versões impressas e *online*. Internautas passaram a comentar o episódio em *e-mails*, *blogs*, redes sociais e também diretamente nas páginas *online* de jornais. O caso ganhou repercussão, mobilizando pesquisadores, principalmente linguistas, a se manifestarem sobre o assunto e a investigarem cientificamente o evento, em diferentes perspectivas teóricas e metodológicas.

Em meio a essa diversidade de abordagens, nosso objeto de estudo foi se configurando em torno das versões provenientes de comentários de internautas associados a matérias jornalísticas *online* que focalizaram tal episódio e seus desdobramentos. Para chegarmos à noção de versões nesses comentários, partimos, como um movimento inicial, de gestos de leitura dos sentidos de comentário em Foucault (2000), no livro *A ordem do discurso*. Em seguida, estabelecemos um diálogo com Orlandi (2001a), no livro *Discurso e texto*, quando ela discute sobre versões e variança. De forma entremeada, retomamos as compreensões formuladas por Pimentel (2008), em tese de doutorado, que põe em relação o comentário em Foucault (2000) e as versões/variança em Orlandi (2001a), com base em limites e possibilidades desses termos/conceitos nessas duas vertentes teóricas da Análise de Discurso (AD), e chegamos à noção de comentário como versões discursivas.

Tal objeto, esboçado nos territórios da AD e centrado na perspectiva pecheutiana, levou-nos a analisar comentários de internautas em torno de matérias jornalísticas sobre o caso do livro didático, buscando observar, pelo jogo entre o mesmo (paráfrase) e o diferente (polissemia), versões discursivas de tal evento e seu funcionamento na/pela *des*-estabilização de dizeres *sobre* educação.

A problemática de investigação em torno de *que efeitos de sentidos sobre educação advêm de versões sobre o caso do livro didático materializadas nos comentários postados por internautas em sites jornalísticos* conduziu-nos, no e pelo funcionamento discursivo, ao que chamamos em nossa pesquisa de efeito de *absurdo*, como o impossível de ser aceito do outro, na relação com a língua.

2. O sentido de versões

Em relação ao comentário, Foucault (2000) defende que há um desnível entre o que ele chama de texto primeiro e texto segundo, desempenhando dois papéis solidários. Para Foucault (2000, p. 25, grifos do autor), o texto primeiro, como o texto origem do comentário, "permite construir (e indefinidamente) novos discursos", por ser um discurso "sempre reatualizável". Já "o comentário [texto segundo] não tem outro papel, sejam quais forem as técnicas empregadas, senão o de dizer *enfim* o que estava articulado silenciosamente no *texto primeiro*". Há, segundo Foucault (2000, p. 25), um paradoxo do qual o comentário se "desloca sempre, mas ao qual não escapa nunca", ou seja, "dizer pela

primeira vez aquilo que, entretanto, já havia sido dito e repetir incansavelmente aquilo que, no entanto, não havia jamais sido dito". Foucault (2000, p. 25) considera que o comentário "conjura o acaso do discurso", isto é, pode dizer algo além do texto, mas desde que este seja dito e realizado. Isso porque "o novo não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta" (FOUCAULT, 2000, p. 26).

Na perspectiva da variança, conforme trabalha Orlandi (2001a, p. 65), por mais que o sujeito produza a repetição do enunciado, "já é outro texto, outra formulação, mesmo que não mude a posição do sujeito em relação à ideologia". Para ela, as versões apontam para uma relação não rígida e definitiva com as formações discursivas. Orlandi (2001a, p. 94) entende que "a textualização do discurso se faz com falhas, ou seja, o discurso pode se apresentar em diferentes 'versões', distintas formulações que se textualizam". Assim, as versões não são defeitos, mas o "impossível da unidade" (ORLANDI, 2001a, p. 94).

Como aponta Pimentel (2008, p. 46), o deslocamento que Orlandi (2001a) realiza de Foucault (2000) quanto às noções de comentário e de autoria "*re*-significa a variança". Pimentel (2008, p. 46-47, grifos da autora) interpreta, com base em Orlandi (2001a), que, na abordagem foucaultiana, "a variança fica condicionada à existência de um 'texto primeiro', a partir do qual é possível dizer outras coisas, mas sempre dependentes desse texto anterior, nas suas *re*-tomadas". Portanto, "tal noção de comentário coloca em cena outras questões como as de autenticidade da autoria e da obra" (PIMENTEL, 2008, p. 47). Ainda conforme Pimentel (2008), Orlandi (2001a) compreende que, mesmo havendo repetição e mantendo-se a posição no discurso, o que se tem já é outra formulação. "Enquanto em Foucault a variança é pensada na relação com o comentário, é *re*-significada, por Orlandi, como *versões*" (PIMENTEL, 2008, p. 47, grifos da autora). É essa ideia de versões, na perspectiva de Orlandi, que interessa ao nosso estudo, pois "o dizer é aberto", afirma Orlandi (1998, p. 11), não havendo um começo verificável, já que "o sentido está (sempre) em curso" (ORLANDI, 1998, p. 11).

3. Material e condições de produção

A compreensão de comentários como versões discursivas mobilizou a análise do material da pesquisa, que é composto por comentários de internautas em três jornais na versão digital: *Estadão*[2], *Folha de S. Paulo* e *O Globo*. Tais comentários aparecem vinculados a matérias jornalísticas, não assinadas, sobre o caso do livro didático *Por uma vida melhor*, que foram publicadas nos dias 13 e 14 de maio de 2011 em tais jornais.

Consideramos, inicialmente, como parte das condições de produção, o jornal *online* como materialidade em que o caso do livro didático foi noticiado e circulou. Institucionalmente, o jornal se configura de forma normativa. Ele funciona por um processo de naturalização/reprodução de sentidos que figuram como "verdadeiros", sustentados no seu "papel de informar"; este que o legitima e legitima seu dizer como "a verdade".

Outro aspecto a ser levado em conta, ainda como condição de produção, são os procedimentos técnicos para o acesso, a publicação, e a veiculação das notícias e dos comentários nesse tipo de jornal eletrônico, bem como sua afetação nas matérias mobilizadoras dos comentários. Para se comentar uma matéria, é necessário, em primeiro lugar, que o internauta tenha feito um cadastro no respectivo jornal. Nesse cadastro, são

[2] O jornal *Estadão*, trabalhado neste artigo, corresponde à versão digital do jornal impresso *O Estado de S. Paulo*.

exigidos dele dados pessoais como nome, endereço, uma conta de *e-mail* e uma senha para que o *login* seja efetivado. Esse *e-mail* e essa senha é que possibilitarão comentar determinada matéria. Quanto à identificação dos internautas-comentaristas, observamos que o nome fornecido no cadastro do jornal aparece nos comentários postados. Além de assinalar os comentaristas, tais nomes distinguem os comentários de diversos internautas.

Os comentários estão dispostos em espaços adjacentes às matérias, em lugares demarcados e direcionados à "avaliação" do internauta-comentarista. Eles são intitulados *Comentários* ou *Ver todos os comentários*, dependendo da forma que cada jornal tem para nomear o *link* direcionado às "opiniões" originadas a partir de suas matérias. No caso do *Estadão*, esse *link* também, disponibiliza o somatório de comentários a respeito de determinada matéria, relacionando-os a um tema como, por exemplo, educação, economia ou política.

O espaço visível dos/nos *sites* trabalhados é, em grande parte, destinado ao texto das matérias. Na mesma página, existem, ainda, anúncios e propagandas que não têm relação direta com o conteúdo das matérias. Apesar disso, o espaço destinado aos comentários é bem maior comparado ao da matéria. Sua visualização, contudo, fica dependente da ação do leitor, já que a seção de comentários exibe sua extensão conforme o leitor e o internauta-comentarista clicam no *link* que lhes dá acesso.

Ao analisarmos as normas e as especificidades de cada jornal quanto à publicação de um comentário por parte dos internautas-comentaristas, vemos que eles apresentam as opções "Responder/Denunciar", as quais funcionam, ao mesmo tempo, no jogo imaginário entre direito e dever, autonomia e subordinação.

Pela suposta autonomia de concordar com outros comentários ou discordar deles, a primeira opção, "Responder", tende a induzir o interlocutor, na sua ilusão de sujeito livre e autônomo, a comentar e prolongar o que está dito no(s) comentário(s) anterior(es), postados por outros internautas-comentaristas. Vale lembrar que é possível "opinar" sobre determinada matéria assim que ela é publicada no *site* de um jornal *online*. O "ponto de vista" do sujeito internauta, manifesto em forma de "comentário", acerca do caso noticiado – como se "tal ponto de vista" emergisse dele, como origem –, é efeito dessa suposta autonomia do sujeito. De fato, ele, como resultado da interpelação ideológica do indivíduo, significa(-se) por dizeres naturalizados em meio a determinações sócio-históricas, pelo dito e não-dito nas matérias às quais os comentários se relacionam.

A segunda opção, "Denunciar" coloca em jogo o sujeito jurídico, imputando a responsabilidade do internauta-comentarista para com "suas palavras". Como entende Pêcheux (1997, p. 214, grifo do autor), "todo sujeito é constitutivamente *colocado como* autor de e responsável por seus atos (por suas 'condutas' e por suas 'palavras') em cada prática que se inscreve", ou seja, o indivíduo é "interpelado em 'sujeito-responsável'". Trata-se de uma responsabilidade por avaliar o comentário (do) outro, já atrelado à matéria veiculada, e se posicionar como "cidadão" – sujeito responsável, que se constitui no embate entre direitos e deveres, numa espécie de regulação de pensamentos e comportamentos –, já que a ele cabe denunciar textos considerados "negativos", "ofensivos" diante daquilo que é aceito e está predeterminado socialmente.

Ao disponibilizar, portanto, as opções "Responder/Denunciar", institucionalmente o jornal lança aos internautas-comentaristas e usuários uma suposta autonomia para dizer. Ao mesmo tempo, imputa-lhes responsabilidade pelo dizer e do dizer, atrelado ao que foi noticiado e comentado.

A *Folha de S. Paulo*, além das opções anteriormente citadas, no espaço designado aos comentários, traz como advertência ao internauta e internauta-comentarista, como

mecanismo de resguardo jurídico, a seguinte mensagem: "*O comentário não representa a opinião do jornal; a responsabilidade é do autor da mensagem*". Assim, o jornal trabalha com o jogo da *des*-responsabilização: ao imputar uma responsabilidade ao outro, incumbindo-o pelo ato de dizer/comentar, esquiva-se da responsabilidade de fazer dizer o que se quer e está dito nas matérias às quais os comentários estão vinculados. Há, então, um jogo de dupla ilusão: autonomia para dizer e do dizer.

A questão é que o cadastro exigido do internauta-comentarista já funciona como uma forma de identificação, localização e submissão do sujeito às normas do veículo e às leis jurídicas. O sujeito, possível de ser localizado, pode ser responsabilizado pelo dizer, porque a "opinião" também é regulada socialmente por parâmetros que determinam o que pode ou não ser dito e aceito em uma dada sociedade, por determinados sujeitos, em diferentes épocas, lugares e condições. Portanto, a inscrição, no caso da *Folha*, por exemplo, que afirma que "*O comentário não representa a opinião do jornal; a responsabilidade é do autor da mensagem*", reforça a responsabilização institucional ao sujeito pelo seu dizer. Dessa forma, o jornal se isenta, no sentido de não se comprometer e de previamente se defender contra possíveis denúncias ou processos legais. Ao mesmo tempo, a inscrição também reforça os lugares demarcados de divisão entre informação e opinião: a opinião seria individual e, portanto, subjetiva; e a informação seria geral, objetiva e condizente com a realidade, quando não a realidade em si.

A ilusão de autonomia do dizer, que funciona institucionalmente quando o internauta é convidado a comentar uma matéria, sustenta a ideia de que ele é/pode ser um "cidadão reflexivo" (de um lugar estabilizado) no que diz respeito ao contexto social, à política, à educação, aos direitos e deveres, ao desenvolvimento do país. Ao mesmo tempo, os dizeres manifestos pelos internautas-comentaristas, designados pelos jornais analisados como comentário/opinião, por estarem adjacentes à notícia, tematizam o conteúdo divulgado na matéria e validam o efeito "verdade" que a ela é atribuído. Ademais, as notícias e as reportagens, ao acompanharem a polêmica sobre o livro didático, posta em circulação nas/pelas três matérias que compõem nosso material de análise, incitam a um aumento de procura comercial e de consumo do noticiário e do veículo.

Como já explicitado na Introdução deste artigo, a profusão de dizeres quanto ao livro didático *Por uma vida melhor* ganhou impulso na semana em que o Jornal Nacional anunciava estar discutindo "os maiores problemas do Brasil na educação". O contexto em que o livro e seu conteúdo, tratados de maneira superficial, ganharam espaço na mídia colaborou para que fosse pré-estabelecida uma imagem negativa desse material. Como resultado, vem à tona uma imposição velada de uma regra determinada e aceita socialmente: a gramática tradicional.

A discussão linguística fomentada no livro didático quanto às variações no emprego da língua é cerceada e regulada, midiaticamente, por um discurso da não concordância com outras formas linguísticas e da validação da gramática tradicional, o qual se reverte na impossibilidade de aceitação do outro enquanto diferente.

Como observaremos posteriormente, na apresentação da análise do *corpus*, no espaço noticioso da *web* os discursos se entrelaçam, gerando o efeito discursivo que chamamos de *absurdo*. Esse efeito-conjunto – pela relação das matérias, dos comentários e do próprio contexto em que surge a notícia – funciona discursivamente, por meio de regularidades, como a impossibilidade de aceitar o outro enquanto diferente de si mesmo. Isso acontece quando o sujeito desloca-se do lugar enunciativo para o lugar de comentarista e fica detido na estabilização de sentidos, impregnado pela ilusão do óbvio e predisposto ao não questionamento.

4. O funcionamento das regularidades e a (des)estabilização de sentidos

Na construção e análise do *corpus*, advieram, como regularidades, *a imagem negativada do governo Lula*, enquanto usuário que não domina as normas padrão[3] e culta[4]; e *a categorização superficial e automática de "erro" e "acerto"*, tendo como base a gramática tradicional, de onde parte a *ideia de uso "padrão" ou "não padrão" da língua*. Em meio a esse contexto normativo, entre "certo" ou "errado", emerge um embate entre os estudos e estudiosos da língua: de um lado, a Gramática e seus adeptos, a favor da divisão da língua em "certa" e "errada"; e, de outro, a Linguística e seus estudiosos, preocupados com a descrição de usos, concentrando-se em investigar os empregos formais, informais e as variações da língua(gem), considerando que aspectos como região habitacional, classes sociais, idade, escolaridade, entre outros, constituem o sujeito da/na prática linguística.

Lula (Luiz Inácio Lula da Silva) é referido, nos comentários, explícita e implicitamente atrelado à ideia de "erro" gramatical. Ele é representado como uma alegoria do cidadão analfabeto, que não domina nem a norma padrão nem a norma culta. Adjacente ao erro, emerge uma figura depreciativa, enquanto sujeito que não obteve educação formalizada e não possui títulos acadêmicos. Isso o desqualifica, na perspectiva da grande mídia, ao cargo, já exercido, de presidente da República. O não ser, como ausência de ser, suscita nos internautas-comentaristas aversão a Lula.

Quanto à regularidade que se refere ao domínio da norma padrão, há uma supervalorização da gramática e de suas normas de usos. Isso porque, no imaginário em torno da língua, saber "falar, ler, escrever" ou, em outras palavras, se expressar linguisticamente "bem" é dominar as regras formais do Português (sistema de regras, idioma). Em *História das idéias lingüísticas,* Orlandi e Guimarães (2001b), ao escreverem sobre a "Formação de um espaço de produção lingüística: a gramática no Brasil", comentam acerca da formação e organização da língua nacional em uma gramática para que, assim, o Brasil colônia pudesse se desvincular de Portugal e conquistar a independência. A terra brasileira era, até então, habitada por pessoas consideradas incultas, visto que não havia instituições nem a necessidade (dentro das culturas indígenas) de educação formalizada, da forma como era concebida pelos portugueses e pelos países em que esse processo se marcava como diferencial para a conquista do progresso científico e intelectual. O domínio tanto da norma padrão quanto da norma culta figura, assim, no imaginário da sociedade, atrelado à ideia de representação de *status* e divisão de classes.

A gramática é apresentada nos comentários registrados por internautas como reguladora da eficiência e do "bom" desempenho do sujeito em relação ao seu papel e às suas tarefas no âmbito social. Em torno de Lula, existe uma memória, posta em circulação

[3]A norma padrão, considerada nesta pesquisa, se refere à concepção de língua enquanto modelo-padrão, tendo como suporte as regras prescritas pela tradição gramatical, e se realiza, principalmente, nos contextos formais escritos, suscetíveis de reescrita, revisão, reformulação.

[4]A norma culta, por sua vez, está sendo considerada como as formas linguísticas usadas pelas classes letradas e de maior prestígio social no que diz respeito a poder aquisitivo e nível formal de escolaridade. Embora a norma culta ainda apresente "desvios" da norma padrão, por não corresponder cem por cento às prescrições normativas, seus usos não convencionais não são, na maioria das vezes, estigmatizados, como é o caso do uso dos pronomes átonos no início de frase – uma forma recorrente nas práticas de linguagem oral. Contudo, como observamos no decorrer desta pesquisa, em termos de imaginário, as normas padrão e culta (con)fundem-se, sendo somente as regras gramaticais e os usos considerados padrão reguladores do "bem falar, bem dizer e bem escrever".

midiática e funcionando nos comentários, como o ex-presidente que fala "errado". Ele é representado como alguém ineficiente, além de ser visto como um dos responsáveis por esse cenário conflituoso e polêmico que cerca o livro didático.

Há, nos comentários, marcas de um discurso que conduz à ideia de "legalização" do "erro" por meio de tal material. Ao mesmo tempo, essas marcas sinalizam uma postura dos internautas-comentaristas regulada por essa formação discursiva moral, em que é possível destacar e apontar o "erro" do outro, ou seja, aquilo que não é esperado socialmente no que tange ao emprego da língua na relação com os papeis sociais desempenhados pelos sujeitos. Os reflexos dessa sociedade estruturada em condutas categóricas, em padrões "adequados" de comportamento, de educação, encontra-se, ainda, na concepção de língua taxada como "certa" ou "errada", isto é, o que "deve" e "não deve" ser usado socialmente.

Essa questão do "erro" está presente em todo o nosso material de análise; inclusive é sugerida desde os títulos das matérias, que enfatizam o verbo *errar* e o substantivo *erro*, associados ao verbo *defender* (defende) e *aceitar* (aceita). Vejam-se: "Livro adotado pelo MEC **defende** '**erro**'" (ESTADÃO, 2011, *online*; grifos nossos); "Livro distribuído pelo MEC **defende errar** concordância" (FOLHA DE S. PAULO, 2011, *online*; grifos nossos); "MEC distribui livro que aceita **erros** de português" (O GLOBO, 2011, *online*; grifo nosso).

No *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* (2013, *online*), uma das acepções do verbo *defender* é agir na defesa *de* (alguém, algo ou de si mesmo). Nos títulos das matérias, vemos que esse verbo apresenta uma posição demarcada a favor do erro gramatical, mas que aponta para vários outros discursos quando associado ao contexto da matéria e à polêmica do livro didático, significando de outras formas, como erro no/do governo do ex-presidente, erro do povo ao eleger Lula, entre outros deslizes parafrásticos possíveis a partir dessa "escolha gramatical". Quanto ao verbo *aceitar*, na condição de aceitar "erros de português", considerando o contexto no qual funciona, na relação com a polêmica/denúncia, ecoa (como) o inadmissível de ser aceito. Daí, também, advém a ideia de *absurdo* como o impossível de ser aceito.

Ao enfatizar o "erro", os jornais se significam por uma posição discursiva tradicional e regrada, pois sua imagem institucional é requerida, desse lugar, como sendo "legítima" ao se vincular ao imaginário de um "saber/empregar" as normas gramaticais – o que reforça e sustenta, como efeito de sentido, a existência de problema(s) no contexto educacional. A Educação é, assim, apresentada, jornalisticamente, como um sistema em que há abertura ao(s) erro(s), que acaba(m) sendo reduzido(s) ao "mau" uso da gramática. Isso, por sua vez, coopera para a instauração do efeito de *absurdo*, pois sobrevém a ideia de que o problema educacional incide por conta dessa abertura aos desvios da norma "padrão". Esse efeito ganha ênfase nos dizeres sustentados ao longo do *corpus*, por meio das regularidades.

Tomando tais regularidades como materializações discursivas, levamos em conta na análise, antes, o espaço em que as matérias e os comentários circulam e significam a Educação nesse contexto digital. Na relação com as matérias, o jornal oferece um espaço de opinião, no caso, reservado aos comentários, que é visto como legítimo, (aparentemente) neutro, (supostamente) sem interferências ideológicas. Contudo, os comentários são textualizações produzidas por sujeitos, afetados pela língua e pela história, em condições de produção específicas.

Na sequência, trazemos 10 recortes[5] nos quais se observa a presença de regularidades, de modo a visibilizar parte do processo de construção do *corpus*. Tais recortes permitem traçar um panorama analítico que tem início nos dizeres sobre "erro" e "acerto", mas que, no processo de significação, apontam para outros discursos, sofrendo deslizamentos de sentido, ressignificações e constituindo as *versões* que nos propomos a analisar.

Recorte 1: *O Globo* (Extra)[6]
Há 2 anos
Verdadeiro *absurdo* admitir-se o erro! Do que valeu, para nós, *doutores* da *lingua*, professores, escritores esforçarmo-nos por um texto bem escrito, uma frase bem feita se agora tudo virou bagunça. Para falar errado, não precisa nem livro nem escola. Fiquemos, pois, na *ignorância*, é mais fácil! (grifos nossos)
Responder comentário | Denunciar comentário

Recorte 2: *Folha de S. Paulo*
em 14/05/2011 às 17h07
Responder Denuncie facebook twitter[7]
Concordo que parece que o Brasil *esta* regredindo culturalmente ou que estamos "nivelando por baixo". Parece que as pessoas *tem* orgulho de ser povão em vez de batalhar *para ser* crescer.
Peço que aceite o comentário de que não devemos colocar pronome átono no início da frase apesar de ser "permitido" na linguagem informal falada. Portanto "Me parece ..." fica mais correto se escrevermos "Parece-me ...". (grifos nossos)

O comentário não representa a opinião do jornal; a responsabilidade é do autor da mensagem

Recorte 3: *Folha de S. Paulo*
Responder Denuncie facebook twitter
em 14/05/2011 às 10h52
Justificar o errado.
Se só temos burros no país, estes passam a ser os certos.
A começar por nosso presidente, claro. Que é "vítima de preconceito" por não falar direito. Coitado de quem se dedicou a ler, escrever e falar corretamente. Estes serão as vítimas em pouquíssimo tempo. "Isso é coisa da burguesia"
Um país onde não se valoriza a língua, e se destrói a cultura e a educação, é um país acabado.

O comentário não representa a opinião do jornal; a responsabilidade é do autor da mensagem

Recorte 4: *Estadão*
Comentado em: Livro adotado pelo MEC defende 'erro'
14 de Maio de 2011 | 11h39

[5] Os recortes apresentados preservam a grafia quanto à acentuação, concordância e todos os grifos, tais como itálico, negrito e sublinhado, assim como nas postagens originais.
[6] Os comentários originados no jornal *O Globo* foram colocados, junto com a matéria, no jornal *Extra*.
[7] O jornal *Folha de S. Paulo* disponibiliza aos internautas-comentaristas a opção de compartilhar um comentário específico ou mais comentários em redes sociais, como o *Facebook* e o *Twitter*.

Repita comigo: Os livro da presidenta *estao* encima das mesa. É o molusco fazendo escola. Depois da Academia de *Platao*, do Liceu de Aristóteles vem aí a escolinha do *professô Lulalá*. *Petelho* é assim mesmo. Conhecimento transforma-se em preconceito conhecimento é saber é uma forma de justificar a preguiça e institucionalizar a incompetência. UNE + EJA ENCEJA preconceito linguístico, logo viva a ignorância que *atravnca* a *Naçao*! (grifos nossos)
Responder | Denunciar

Recorte 5: *Folha de S. Paulo*
em 14/05/2011 às 11h34
Responder Denuncie facebook twitter
achu qui nois devi i tudo *pa brasia recrama* dessa *paiaçada* q ta *virano* o *brasiu.. elis que* q o povo seja *nafarbeto..pra* eles *robar bastanti*..ai o povo num *sabeno Le nem iscreve..mio* pra *elis..ja q* tudo mundo vota a troco de uma *ismola* do governo..(grifos nossos)

O comentário não representa a opinião do jornal; a responsabilidade é do autor da mensagem

Recorte 6: *Estadão*
Comentado em: Livro adotado pelo MEC defende 'erro'
14 de Maio de 2011 | 19h38
"Os petista *mandarum* o plural para o mesmo buraco onde *enfiarum* a moral" [...]. (grifos nossos)
Responder | Denunciar

Recorte 7: *Folha de S. Paulo*
em 14/05/2011 às 09h23
Responder Denuncie facebook twitter
O ex-presidente passou 8 anos no planalto e também não *prendeu* o plural!
QUAL O *POBREMA*? (grifos nossos)

O comentário não representa a opinião do jornal; a responsabilidade é do autor da mensagem

Recorte 8: *Folha de S. Paulo*
em 14/05/2011 às 11h12
Responder Denuncie facebook twitter
O certo é dizer "quanto mais burros, mais votos para o governo!"
Assim, se do ponto de vista da oposição, os governos são eleitos *pelo* burros, temos que o fracasso mais retumbante do governo FHC foi na área da educação, basta ver quantos votos tiveram o Sr. Lula e Sra. Dilma.
O maior preconceito dos eleitores de FHC é com relação aos pobres. Não é contra quem fala ou escreve mal ou pessimamente, como podemos comprovar pelos comentários neste espaço. (grifos nossos)

O comentário não representa a opinião do jornal; a responsabilidade é do autor da mensagem

Recorte 9: *Estadão*

Comentado em: Livro adotado pelo MEC defende 'erro'
14 de Maio de 2011 | 18h09
Essa senhora, Heloisa Ramos, pseudo não sei o que lá, mas evidente defensora do analfabetismo, chegou ao *displante* de fazer um livro que é apoiado pelos idiotas do MEC, para manter as crianças e jovens na maior ignorância em relação ao idioma Pátrio, desconstruindo o Brasil. Quando adultos essas crianças não conseguirão emprego, pois o mercado busca cada vez mais pessoas preparadas.Que futuro terão essas crianças? Ah sim, o tráfico ou a criminalidade. E a Dilma, como Presidente, permite isso? Essa Heloisa quer baixar o Brasil para País de 5º mundo. (grifos nossos).
Responder | Denunciar

Recorte 10: ***Folha de S. Paulo***
em 14/05/2011 às 11h54
Responder Denuncie facebook twitter
Infelizmente as pessoas *desconhem* a Sociolinguística e postam essas sandices sem o menor rigor científico....uma pena que a velha mídia apele de maneira tão sensacionalista para um tema tão bem exposto no livro....ninguém faz apologia ao uso não-padrão da nossa língua...apenas ensinamos as variedades do português e demonstramos que há a necessidade de adequação situacional. Será que é tão difícil entender isso? Não! Mas é muito mais fácil lançar mão do preconceito linguístico. BAGNO Urgente! (grifos nossos)

O comentário não representa a opinião do jornal; a responsabilidade é do autor da mensagem

Por tal sequência de recortes disposta neste artigo, observamos regularidades que sustentam um dizer que remonta à discussão sobre a situação educacional no/do Brasil. Porém, essas regularidades sofrem deslizamentos de sentidos, apontando para outros discursos que trazem à tona um contexto social problemático no que se refere às questões políticas que envolvem o caso do livro didático em questão – o que será abordado mais à frente.

As regularidades presentes no *corpus de análise* sinalizam que a representação midiática da Educação e da língua, considerando a relação matérias e comentários, configura-se em meio e por meio de uma memória social[8] em torno da língua, na relação com a Educação, em sua constituição interdiscursiva. Embora, à primeira vista, nos comentários, a discussão tenha início na dificuldade de se aprender e usar a gramática tradicional, o que está materializado neles é uma sociedade ideologicamente orientada por posturas normativas. No imaginário em sociedade, tal gramática significa um instrumento preciso e necessário para o progresso, para a ordem e para o desenvolvimento social e intelectual. Essa forma de organização social identifica-se com a concepção de língua, regulada pelo domínio da gramática tradicional. Os gramáticos são tratados, por determinados comentaristas, por "doutores" ou, ao longo dos comentários, como pessoas com grande discernimento em relação à língua, como observamos, por exemplo, no Recorte 1, pois são vistos como sujeitos que dominam esse sistema de regras.

Além do mais, o livro, como material didático, carrega o sentido cristalizado de modelo, de manual e, sobretudo, de impossibilidade de aceitação daquilo que contraria a norma eleita socialmente como padrão, em termos de escrita. Nessa perspectiva do livro

[8] Memória social está sendo compreendida aqui como memória discursiva, na perspectiva do interdiscurso.

didático, o "erro" gramatical assume a conotação de algo que está em desacordo com o que a sociedade espera, pois ele é visto como a base do saber formalizado, sobretudo o científico. Quaisquer desvios da norma que foi elevada ao patamar de "padrão" figuram como contraditórios, no sentido de distorção a essa "função didática" do livro.

Em determinados comentários, nos quais observamos a presença de uma postura normativa por parte dos comentaristas, a gramática é o que significa e o que faz significar as matérias e a polêmica do caso do livro didático, dividindo opiniões: de um lado, a validação da norma e de um ensino baseado em regras; de outro, a justificativa científica do "erro", por meio da Linguística e de seus estudiosos. Porém, na sua incompletude constitutiva, o texto, como textualização discursiva, acaba por significar outros assuntos do âmbito social, como o sistema político e os governantes do país, além de apontar para uma suposta ruptura da "ordem", dos padrões pré-determinados socialmente. Observamos nos comentários uma briga de extremos funcionando como uma resposta às posturas normativas às quais a sociedade de modo geral está submetida.

Ao mesmo tempo, é como se o caso do livro didático *Por uma vida melhor* materializasse uma suposta crise no sistema educacional e violasse o direito à Educação, assegurado pelas leis nacionais. Lula, como um sujeito que supostamente não domina a gramática tradicional, é, por isso, representado midiaticamente como alguém com limitações e deficiências no que se refere ao desempenho de seu papel social: o de presidente (mesmo na condição de *ex–*). Tal imaginário midiático em torno de Lula retorna a todo momento nos comentários, na relação com o governo Dilma, como uma continuidade lulista. De fato, nos comentários, observamos como as normas da gramática tradicional estão, a todo momento, regulando as posturas e os papeis da/na sociedade, que passam a ser controlados, de maneira superficial, pelo emprego/domínio de normas gramaticais.

Diante desse panorama, cria-se um cenário em que a política atual do Partido dos Trabalhadores (PT) é retratada como ineficiente, pois aparece associada ao sujeito Lula, em funcionamento imaginário, como aquele que não dominaria a gramática tradicional. Além do mais, como já mencionamos duas vezes neste artigo, a notícia propulsora da polêmica acerca do livro didático, apresentada no/pelo Jornal Nacional, foi veiculada na semana em que o JN dizia discutir o que chamou de "os maiores problemas do Brasil na Educação". Essa situação já predispõe aos interlocutores a impressão de um contexto legitimamente em conflito, conturbado, supostamente, pela ineficiência por parte dos alunos, dos professores e, além de tudo, do governo, representado pela imagem de Lula. Porém, durante o seu governo, houve ampliação e implantação de projetos e programas que visam a proporcionar aos sujeitos das classes menos favorecidas o ingresso em cursos superiores, como, por exemplo, o Enem[9], como um significante mecanismo para o ingresso em Instituições de Ensino Superior, públicas e privadas. Citamos, ainda, o Fies[10] e o ProUni[11], que permitem, respectivamente, o financiamento dos cursos superiores e a

[9] O ENEM surgiu em 1998 para avaliar o desempenho dos alunos no Ensino Médio. Segundo o *site* do Ministério da Educação, o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) tem em vista o objetivo de tornar as vagas de ensino superior em instituições federais mais acessíveis, compreendendo como público-alvo alunos de diversas camadas sociais, e possibilitando também a reestruturação dos currículos do ensino médio (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2013, *online*).

[10] "O Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) é um programa do Ministério da Educação destinado a financiar prioritariamente estudantes de cursos de graduação [...]" (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2013, *online*).

[11] "O Programa Universidade para Todos (ProUni) foi criado em 2004 pela Lei nº 11.096/2005, e tem como finalidade a concessão de bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes de cursos de graduação e de

concessão de bolsas integrais ou parciais, de acordo com o desempenho do aluno nos processos avaliativos ou em relação aos requisitos demandados em cada projeto (situação financeira, não conclusão de curso superior, ter uma nota mínima no Enem, no caso do Fies). Tais investidas na educação, por parte do governo PT, positivas ou não, são silenciadas nos comentários.

A representação midiática negativada do ex-presidente aponta para um governante que não teria passado pelo sistema de ensino oficial, portanto não possuiria títulos, apagando sua passagem pelos processos educacionais – tendo em vista que foi alfabetizado, embora não tenha concluído todas as etapas da educação básica. Por essas razões, Lula é visibilizado midiaticamente como um sujeito que não dominaria a norma vista como "padrão" e, em virtude disso, significado, nesse imaginário da grande mídia de massa, como "incompetente" na atuação como representante do país. Sendo assim, interpelados ideologicamente pelos sentidos postos em funcionamento nesse/por esse contexto massivo, os internautas-comentaristas se marcam contrários a Lula e ao PT, tomados pela ilusória ideia de que a elevação do *status* social e cultural se realiza apenas pelos processos educacionais formais.

Nos comentários, Lula é direta ou indiretamente retomado (a) como sujeito analfabeto, que não domina a língua padrão, e, consequentemente, o erro gramatical faz alusão a sua imagem de "analfabeto", como nos Recortes 4 a 7; b) por frases que estabelecem relação de intertextualidade com as frases do livro que geraram polêmica, como no Recorte 4: "Os *livro* da presidenta *estao encima* das *mesa"* (grifos nossos); (c) por erros propositais, a fim de representar o dialeto "deficiente" usado pelo ex-presidente, como vemos nos Recortes 4 a 7; (d) como molusco, em analogia à palavra homônima lula, que é um animal invertebrado, mole, entre outras designações, como no Recorte 4: "é o molusco fazendo escola [...]"; e, por fim, (e) como burro, por não dominar a norma padrão (a gramática), como nos Recortes 3 e 8. A retomada ocorre, às vezes, de forma direta, associando os nomes "Lula e Dilma", como no Recorte 3: "Se só temos burros no país, estes passam a ser os certos. A começar por nosso presidente, claro." e no Recorte 8: "[...] basta ver quantos votos tiveram o Sr. Lula e Sra. Dilma".

Ainda que se mencione, juntamente com o nome Lula, o nome da atual presidente, Dilma Rousseff, que já governava durante a polêmica do livro didático, é o imaginário da língua como domínio gramatical, da norma padrão, e, portanto, dos "erros" em relação a essa língua – representados na figura do ex-presidente Lula, midiaticamente significado como sujeito "analfabeto" – que se põe em funcionamento para desqualificar o governo vigente, tido como continuidade do governo Lula. Por esse funcionamento imaginário, o Ministério da Educação (MEC), ao encomendar o livro didático criticado na mídia, estaria validando o "erro gramatical" e, assim, favorecendo um ensino "errado" da língua portuguesa.

A alusão a Lula também acontece por meio das denominações "ex-presidente" (Recorte 7) e "presidente" (Recorte 3), que enfatizam seu cargo diante da sociedade brasileira: presidente da República, em contraposição à sua caracterização de analfabeto. Essa situação gera uma ideia de contrariedade ao que é passível de ser aceito socialmente.

Lula é ainda tratado como petista (Recorte 6), em menção à sua posição política de esquerda, também negativada midiaticamente. Em termos de memória discursiva, o Partido

cursos sequenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior [...]" (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2013, *online*).

dos Trabalhadores, liderado por Lula, é retomado nos comentários como posição política, marcado por uma ideologia que, inclinada aos interesses das classes menos privilegiadas, reivindicando seus direitos por meio de revoltas e manifestações, é associada a baderna e desordem.

Na lógica da sociedade divida em classes, da qual somos integrantes e significamos, Lula representa e é representado por uma classe que não teve/tem direito de acesso ao poder de decisão, de administração e, principalmente, ao poder político. Sua condição "primeira" de proletário, com pouca escolaridade, também contraria o discurso político-educacional de elevação social por meio da educação formal. Nessa perspectiva, o sujeito popular, para se esquivar de sua condição de desprovido de "conhecimento linguístico" e de poder aquisitivo, precisa passar pela escola tradicional para mudar de *status*, e conquistar e acumular títulos para seu destaque e qualificação. Só assim ele estaria preparado para competir com outras pessoas no mercado de trabalho. Assim, por – supostamente – não dominar as normas padrão e culta, e isso se atrelar a um lugar social pré-marcado de sujeito-povo, sem escolaridade formalizada, Lula é visto de maneira negativa no imaginário social propagado midiaticamente. Ele é referido como um "analfabeto", tanto no que se refere à sua escolaridade, quanto à forma como o governo Lula e a continuidade no governo Dilma significam e tratam a educação.

Em termos de memória discursiva, as imagens preconcebidas a respeito da cultura popular no/do país se apresentam com uma tendência predisposta à desmoralização e à negatividade dos costumes brasileiros. Essas imagens funcionam como sentidos estabilizados, inclusive no que toca à organização política e social do Brasil. Esses sentidos estabilizados subjacentes aos comentários apontam que a Educação está reduzida ao cumprimento de etapas formais, títulos, certificados, diplomas, e, sobretudo, ao domínio da norma padrão.

A ideologia desse sistema de ensino está materializada, nos comentários analisados, quando os internautas-comentaristas resgatam a questão da competitividade do mercado de trabalho e da capacitação quantitativa. Diante do cenário educacional caracterizado como declinante, os internautas-comentaristas se veem em um espaço social em que as novas gerações não terão mais chances de conseguir um "bom" emprego e se tornarem cidadãos "dignos", autossustentáveis. Essa ideia se revela, por exemplo, no Recorte 9, no seguinte questionamento: "Quando adultos essas crianças não conseguirão emprego, pois o mercado busca cada vez mais pessoas preparadas. Que futuro terão essas crianças?".

O domínio da gramática, supostamente adquirido nas etapas da Educação, é visto como instrumento de elevação do *status* social e, assim, associado ao conhecimento e à competência para desenvolver determinados papeis sociais. Nessa perspectiva, são mais privilegiados socialmente aqueles que possuem "maior qualificação". Contudo, os internautas-comentaristas, ao apontarem uma barreira em relação à busca dessa elevação social e intelectual, estão, paradoxalmente, demarcando a desigualdade entre as classes sociais.

Orlandi ([2007], p. 305), em relação às diferenças de classes, faz o seguinte questionamento: "em que somos iguais? Em classe, não. É essa, aliás, a grande diferença que fica silenciada e que, na realidade, é o que é a fonte do discurso da igualdade: a diferença de classes precisa do discurso da igualdade perante a lei [...]". Esse excerto faz parte de um trabalho em que Orlandi analisa a "Declaração Universal dos Direitos do Homem", concluindo que o discurso da igualdade ressalva a existência da diferença entre as classes sociais. Nos comentários, o discurso em busca do apaziguamento da

desigualdade social emerge da gramática tradicional enquanto instrumento de equiparação das classes, como um direito de cada cidadão.

Em relação ao governo e às suas instituições, o Ministério da Educação (MEC) ganha destaque e se torna alvo dos internautas-comentaristas, assim como das próprias matérias surgidas a partir da polêmica a respeito do livro didático, como uma forma de reprovação ao governo do país. Como visto, o título da matéria divulgada no jornal *O Estadão* é "Livro adotado pelo MEC defende 'erro'", e o do jornal *Folha de S. Paulo* é "Livro distribuído pelo MEC defende errar concordância". A instituição, dessa maneira, é vista de maneira negativa, como se refletisse/representasse o descaso do governo com a Educação, o que resultaria, nessa perspectiva, no ensino de má qualidade.

Há, funcionando nos comentários, portanto, uma desautorização do dizer quando os internautas-comentaristas questionam o dizer (do livro) autorizado pelo governo (MEC). Ao mesmo tempo em que se recorre ao dizer tido como legítimo, reconhecido como tal, como é o caso da gramática normativa, cobrando o seu cumprimento no ensino de língua, questiona-se a autoridade e a veracidade do dizer científico linguístico e da instituição político-educacional ao se atacar uma das autoras do livro e o próprio MEC. No Recorte 9, consta: "Essa senhora, Heloisa Ramos [...] chegou ao *displante* de fazer um livro que é apoiado pelos idiotas do MEC, para manter as crianças e jovens na maior ignorância em relação ao idioma Pátrio, desconstruindo o Brasil" (grifo nosso). Essa mesma ideia está também reforçada no Recorte 4: "Conhecimento transforma-se em preconceito conhecimento é saber é uma forma de justificar a preguiça e institucionalizar a incompetência".

Visualizamos, também, no percurso analítico, na relação com a língua como norma padrão, uma busca constante pelo "certo" em oposição ao "errado", de forma taxativa e saturada. Os comentários recuperam um forte embate entre as maneiras de se pensar a língua. Em um extremo, estão os gramáticos, demarcando a preocupação com regras definidas e sistematizadas; do outro, os linguistas, que buscam se marcar pelo propósito de analisar e descrever os chamados "usos reais da língua", sem a preocupação de rotulá-los como "certo" ou "errado", mas com o objetivo de observar a realização da língua na esfera social.

Esse "conflito" entre gramáticos e linguistas aparece com frequência regular no material de análise. Os primeiros, como observamos nos recortes trazidos para a discussão neste trabalho, buscam dar indício do "erro" no material didático, enquanto que os linguistas – marcando-se na condição de despreocupados com uma postura normativa da língua – estão sempre contra-argumentando e justificando cientificamente a impossibilidade do "erro" e do "acerto" no conteúdo do livro sobre variação linguística. A referência à Linguística, nos comentários, aparece em número pequeno se comparada às outras regularidades trabalhadas. Contudo, o internauta-comentarista, quando se refere a essa área de conhecimento da língua, argumenta que sua opinião é fundada em teorias, buscando, assim, justificar o suposto "erro" do livro didático. É o que observamos no Recorte 10: [...] "ninguém faz apologia ao uso não-padrão da nossa língua... apenas ensinamos as variedades do português e demonstramos que há a necessidade de adequação situacional. "

Encontramos essa mesma categorização de "erro" e "acerto" também em manuais de redação dos jornais. Esses manuais têm por função delimitar regras e normas de escrita para a publicação de notícias, reportagens, entre outros gêneros jornalísticos. O *Manual de Redação e Estilo* de *O Estado de S. Paulo* (2013, *online*) traz uma seção a fim de atentar sobre os erros tidos como mais graves e mais comuns na escrita. Segundo o manual, tais

"desvios" da norma padrão devem ser evitados, pois podem ocasionar a perda da credibilidade do jornal.

Nas matérias jornalísticas, como textualizações discursivas às quais os comentários se associam, materializa-se um não dito que funciona produzindo sentidos: a validação da gramática tradicional. Do lugar institucional, o jornal assume uma posição normativa, embora se represente e se sustente pela ideia de imparcialidade e legitimidade. Nesse âmbito, o domínio da gramática é tomado como sinônimo de "conhecimento". Em outras palavras, o conhecimento é reduzido à gramática.

Pela análise do *corpus*, vimos que as *versões*, na forma de comentários sobre o caso do livro didático, põem em funcionamento discursos, no plural. Os dizeres naturalizados também traduzem a busca por enquadrar os sujeitos e os assuntos sociais em regras, ou seja, comportamentos e dizeres predeterminados sócio-historicamente. Contudo, observamos que a sequência de recortes contribui para a produção de um efeito (con)junto de não aceitação do outro e mesmo de rejeição do outro, ao prendê-lo na estabilização de sentidos, impossibilitando o questionamento. Trata-se do que chamamos neste artigo de *absurdo*.

5. A irrupção do absurdo

Como um efeito predominante e global, o *absurdo* resulta do entrelaçamento/entrecruzamento das regularidades observadas no funcionamento dos comentários, compreendidos aqui como versões discursivas. Cada uma dessas regularidades contribui significativamente para asseverar o discurso de repulsa em relação ao caso do livro didático discutido neste artigo.

As regularidades compreendidas neste trabalho – *imagem negativada do governo Lula, categorização superficial e automática de "erro" e "acerto"*, e, por fim, *ideia de uso "padrão" ou "não padrão" da língua* – estão inter-relacionadas e sustentam o discurso de não aceitação do material didático que "erra" do ponto de vista tradicional e, principalmente, o discurso de repulsa do outro enquanto distinto social e ideologicamente. A não aceitação do outro está fundamentalmente norteada pela/na estabilização de sentidos, impossibilitando o questionamento de sujeitos sociais e prendendo-os em uma ideologia predominantemente normativa e cega.

O *absurdo* materializa a não aceitação de um Brasil representado por alguém que, formalmente, não domina uma língua idealizada e elevada ao patamar de padrão. Além disso, o *absurdo* explicita que esse mesmo paradigma linguístico é utilizado como instrumento para regular uma maneira ideal e normatizada de se usar a língua, como uma tentativa de fechá-la e regulá-la. Nessa tessitura e a partir dela, um cenário de um país estruturalmente desarticulado é erigido e visto como erro, silenciando a multiplicidade linguística e cultural que faz do Brasil uma materialidade deslizante, movente.

6. Considerações finais

Tendo em vista os resultados encontrados mediante o percurso de análise, observamos que os comentários, na condição discursiva de versões, tendem mais ao fechamento do que à abertura. Isso porque eles colocam em funcionamento sentidos naturalizados sobre a língua e o sujeito de linguagem, sustentados em e por uma memória

oficiosa de língua(gem) reduzida à gramática normativa. Trata-se, portanto, de uma validação da posição discursiva telejornalística (JN) quanto ao livro didático *Por uma vida melhor*, reproduzida nas matérias às quais os comentários estão vinculados.

Essa estabilização do conceito de língua supervaloriza e valida unicamente a gramática tradicional como referência para qualificar ou desqualificar alguém. A partir dela, então, são estabelecidos usos "padrão" e "não padrão". Dessa forma, os sujeitos sociais traçam/sustentam uma divisão imaginária entre aqueles que dominam a língua portuguesa e seu emprego, e aqueles que não a dominam. Tal divisão rotula os sujeitos em "bons" e "ruins", "competentes" e "incompetentes", "capacitados" e "incapacitados", "educados" e "não educados".

A esse imaginário da língua, outro se coloca em funcionamento nesse jogo de poderes: o imaginário em torno do PT e de Lula. A negativação imaginária de ambos, construída e sustentada num terreno de disputas políticas ao longo da história, é reforçada pelo caso específico do livro didático em questão. Lula é, midiaticamente, a figura do sujeito "analfabeto" e, portanto, significado como "desqualificado" para a política e para o cargo de presidente da República. De fato há, em funcionamento, uma espetacularização midiática de problemas político-sociais no Brasil como se fossem resultantes única e exclusivamente da (suposta) "ineficiência" de atuação governamental de um Lula tido como "analfabeto".

Ainda, essa suposta "ineficiência" de Lula, além de ser traduzida pelo não domínio da gramática tradicional, é também associada ao PT, que estaria infringindo e admitindo (sob o ponto de vista de partidos e sujeitos políticos discordantes de tal organização política) a infração das posturas estabelecidas socialmente. Nesse caso, o simbólico se liga e se confronta ao político, e estes estabelecem entre si um elo no movimento de significação em meio a jogos parafrásticos e polissêmicos (ORLANDI, 2003). Ainda como esclarece Orlandi (2012, p. 7), "as práticas simbólicas que são as línguas são administradas por relações de poder que regem seu funcionamento e é impossível pensá-las fora destas condições político-históricas".

Pelo trabalho com o *corpus* analítico, compreendemos que as posturas dos sujeitos sociais de "defensores de uma língua cristalizada" estão predeterminadas à normatividade da língua. Dessa maneira, outros discursos que aparentemente discutem problemas civis também reafirmam, nos comentários, o efeito da não aceitação do outro ou de *absurdo*, por não admitirem o outro enquanto ideologicamente distinto.

O efeito de *absurdo* funciona porque as regularidades apontadas quanto ao caso do livro didático comungam entre si com uma ideia de reação ao que é distinto – seja social, formal ou ideologicamente distinto –, compactuando com os dizeres naturalizados que emergem no/do *corpus* trabalhado. Assim também o livro didático *Por uma vida melhor* está demarcado em todo o material trabalhado como aquele que rompe com as posturas tradicionais de outros materiais didáticos. Ele, então, é visto por grande parte do público que acompanhou a polêmica como impróprio para um país que já apresenta uma educação problemática.

Norteados pela problemática de pesquisa, apresentada no início deste artigo, em torno de *que efeitos de sentidos sobre educação advêm de versões sobre o caso do livro didático materializadas nos comentários de internautas*, observamos que tais comentários, funcionando discursivamente como versões sobre educação, *re*-afirmam a representação midiática da língua no que diz respeito ao contexto educacional. As matérias publicadas nos três jornais trabalhados, *Estadão, Folha de S. Paulo* e *O Globo*, permitiram que comentários no espaço midiático da internet colocassem em funcionamento uma rede de

dizeres que sustentam, entre outros discursos, as mesmas versões midiatizadas. Isso significa que, apesar de apontarem para vários outros discursos, os comentários no plano do interdiscurso se entrecruzam e sustentam um discurso estabilizado sobre educação, política e ensino para além do livro didático. Embora vários sentidos sejam evocados a partir dos comentários, produzindo diferentes e as mesmas versões, o discurso que se mantém é o de validação da gramática tradicional e de redução dos sentidos de Educação ao emprego padrão da língua.

Além de tudo, os dizeres naturalizados nos comentários e constituintes das regularidades, no que se refere aos problemas da administração pública, corroboram, cada vez mais, uma imagem midiática negativada da política, do ensino e, consequentemente, da organização histórico-social do país. Isso nos leva a pensar que, "na sua incompletude constitutiva, a língua configura um espaço político. E o saber que se constrói sobre ela delimita trajetos, propõe continuidades, silencia percursos" (LAGAZZI-RODRIGUES, 2007, p. 11).

REFERÊNCIAS

DICIONÁRIO Houaiss da Língua Portuguesa. Disponível em: http:// http://dicionario.cijun.sp.gov.br/houaiss/. Acesso em: 5 jul. 2013.

ESTADÃO. *Livro adotado pelo MEC defende 'erro'*. Disponível em: http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,livro-adotado-pelo-mec

defendeerro,718533,0.htm. Acesso em: 3 maio 2012.

FOLHA DE S. PAULO. *Livro distribuído pelo MEC defende errar concordância.* Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/saber/915795-livro-distribuidopelomecdefende-errar-concordancia.shtml. Acesso em: 3 maio 2012.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 6. ed. São Paulo: Loyola, 2000.

JORNAL NACIONAL. *MEC defende que aluno não precisa seguir algumas regras da gramática para falar de forma correta.* Atualizado em 13 maio 2011. Disponível em: http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2011/05/mec-defende-que-aluno-nao-precisa-seguir-algumas-regras-da-gramatica-para-falar-de-forma-correta.html. Acesso em: 3 maio 2012.

LAGAZZI-RODRIGUES, Susy. O político na Lingüística: processos de representação, legitimação e institucionalização. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (Org.). *Política lingüística no Brasil.* Campinas: Pontes, 2007. p. 11-18.

MARTINS, Eduardo. *Manual de redação e estilo de O Estado de S. Paulo.* Disponível em: <http://www.estadao.com.br/manualredacao/prefacio.shtm>. Acesso em: 15 ago. 2013.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Disponível em: http://www.mec.gov.br/. Acesso em: 10 set. 2013.

O GLOBO. *MEC distribui livro que aceita erros de português*. Disponível em:

http://oglobo.globo.com/educacao/mec-distribui-livro-que-aceita-erros-de-portugues-2789040. Acesso em: 3 maio 2012.

ORLANDI, Eni Puccineli. *Interpretação:* autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. *Discurso e texto:* formulação e circulação dos sentidos. Campinas: Pontes, 2001a.

_____. *Análise de discurso:* princípios e procedimentos. 5. ed. Campinas: Pontes, 2003.

_____. Educação em direitos humanos: um discurso. In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy et al. *Educação em direitos humanos:* fundamentos teórico-metodológicos. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, [2007?]. p. 295-311. Disponível em: http://www.memoriaenelmercosur.educ.ar/wp-content/uploads/2010/04/cap2artigo10.pdf.

Acesso em: 15 out. 2013.

_____. Espaços linguísticos e seus desafios: convergências e divergências. *Rua* [online], Campinas, v. 2, n. 18, p. 1-18, 2012.

_____; GUIMARÃES, Eduardo. Formação de um espaço de produção linguística: a gramática no Brasil. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (Org.). *História das idéias lingüísticas:* construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional. Campinas: Pontes, 2001b. p. 21-38.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso:* uma crítica à afirmação do óbvio. 3. ed.

Campinas: Pontes, 1997.

PIMENTEL, R. M. L. *Versões de um ritual de linguagem telejornalístico.* 2008. 368 p. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008. Disponível em: http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000436880&fd=y. Acesso em: 01 dez. 2014.